

RECORTES DA POLÍTICA EDUCACIONAL MINEIRA NA GESTÃO DO PARTIDO NOVO: avaliação e gestão na centralidade da agenda

Maria Simone Ferraz Pereira – UFU/Brasil msimonefp@ufu.br

Lucia de Fatima Valente – UFU/Brasil valentelucia@yahoo.com.br

Apoio: Fapemig¹

INTRODUÇÃO

Na agenda educacional do Partido Novo, a articulação entre gestão e avaliação tem ocupado lugar de destaque. Impulsionada pela necessidade de *“mudar a gestão para melhor, garantindo assim bons resultados e a qualidade da educação no estado e nas escolas”*, a pasta da educação implementou em 2019, no âmbito do programa Gestão pela Aprendizagem, a Gestão Integrada da Educação Avançada (Gide).

A pesquisa, em desenvolvimento, objetiva compreender em que medida as ações/políticas implementadas pela pasta da educação do estado de Minas Gerais, no âmbito do programa Gestão pela Aprendizagem/Gestão Integrada da Educação Avançada (Gide), têm conseguido mudar a gestão educacional para melhor, garantir bons resultados e romper com a lógica historicamente presente no Estado/educação, conforme anunciado pelo Partido Novo.

Para o alcance dos objetivos o estudo tem sido realizado por meio da pesquisa bibliográfica, documental, da aplicação de questionários e realização de entrevistas. A investigação sobre a temática se respalda na abordagem de pesquisa qualitativa (GODOY, 1995).

DESENVOLVIMENTO

Ao longo da década de 1990 até os dois primeiros decênios dos anos 2000, esteve presente no cenário político mineiro, no governo do estado, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Em princípios ideológicos, podemos dizer que a política no estado de Minas ora esteve vinculada ao pensamento liberal conservador ora a um liberalismo comprometido, minimamente, com a intervenção do Estado na vida do cidadão.

¹ As reflexões contidas no artigo são resultantes do apoio à pesquisa aprovada na CHAMADA FAPEMIG 01/2021 - DEMANDA UNIVERSAL - PROJETO APQ-01517-21.

Em 2018, na esteira do que acontecia no Brasil, tomou conta do cenário político mineiro uma campanha que se sustentou em matrizes discursivas, políticas e ideológicas que prometiam além de retirar o PT do poder, acabar com a tradicional demagogia populista; renovar a política; acabar com a corrupção; combater privilégios; enxugar a máquina pública para reduzir o tamanho e a importância que o Estado desempenha na vida do ser humano e, colocar o estado de Minas em um “novo” caminho. Assim, os mineiros insatisfeitos com a “velha política” escolheram nas urnas, com 71,80% dos votos, Romeu Zema Neto, do Partido Novo, para governar Minas Gerais. Empresário, filiado ao Partido Novo, o governador assumiu com o programa intitulado “*LIBERDADE AINDA QUE TARDIA*” e com a promessa de uma nova política que romperia o círculo vicioso da velha política até então no poder (PEREIRA; SILVA; VALENTE, 2019). E, em 2022, o então governador Romeu Zema, foi reeleito no 1º turno com 56,71% dos votos válidos.

Ao ocupar os cargos políticos, o partido fortalece a intenção de estreitar a gestão empresarial na perspectiva da administração estatal. De acordo com os princípios do Novo, as instituições e organizações devem ser tratadas e geridas como empresas. Dentre os vários desafios apresentados pelo partido defendem: i) a necessidade de “estruturar uma startup na política” (NOVO, 2020, s/p) para garantir a implementação de projetos inovadores, por meio de um modelo de negócio que deve ser implementado na política para gerar lucro; ii) “Aumentar a exposição do NOVO e fortalecer a marca” (idem) e aos poucos transformar os cargos políticos em uma administração gerencial (PEREIRA; SILVA; VALENTE, 2019).

Do ponto de vista ideológico, os mineiros, escolheram um plano de governo que defende ideias de enxugamento e reorientação das políticas públicas na lógica da privatização, de Estado concorrencial, em conformidade com o ideário neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16-17).

De acordo com Harvey (2014, p.6), o neoliberalismo se tornou “hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo”. Adeptos à privatização, os neoliberais defendem que cada indivíduo deve se responsabilizar por seu próprio bem-estar (HARVEY, 2014), inculcando uma lógica individualista que contribui para a desresponsabilização do Estado, por meio da propagação da ideia da liberdade pessoal e social.

No campo educacional, em Minas Gerais, o Partido Novo tem defendido a mesma lógica. Para resolver, o que acreditava ser o esgotamento do serviço público, apresentou os seguintes pilares: qualidade do ensino privado por meio de políticas de vouchers; cooperativas de professores e bolsas de estudos via créditos fiscais para possibilitar maior acesso da população às escolas privadas (NOVO, 2018). Entretanto, enquanto não se realizavam as alterações legais que possibilitassem a implementação de políticas de fomento às escolas privadas, o Novo apresentou como proposição: o aperfeiçoamento do ensino público com melhores técnicas de gestão e governança nas escolas; avaliações de resultados mais rígidas; incentivo à parceria público-privada; focalização das políticas públicas; carreira dos professores baseada em indicadores de desempenho (NOVO, 2018).

Com essa concepção o Partido Novo defende, para o cenário educacional mineiro, princípios da reforma empresarial em que a educação “vista como um “serviço” que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a privatização.” (FREITAS, 2018, p.29). Na perspectiva empresarial a instituição educacional, para ter qualidade, necessita de uma lógica gerencial que tem como categoria central a privatização, ou seja, o desfinanciamento do setor público por meio da terceirização da gestão, da introdução nas escolas de materiais e plataformas de aprendizagem na lógica da gestão privada ou da implantação da política de vouchers (terceirização por deslocamento de recursos públicos para as famílias). Percebemos aqui uma disputa de agenda entre a ideia de Estado concorrencial, especialmente por meio da lógica da privatização, em detrimento do Estado de bem-estar social.

A parceria público-privada implantada desde o início da gestão do Novo em Minas Gerais, tomou forma por meio do acordo de cooperação firmado entre o Instituto Lemann, o Instituto da Humanidade, o Instituto República e o Instituto Brava para o desenvolvimento do programa “Gestão Pública”. O programa se iniciou em março de 2019, recebeu o nome Transforma Minas – Programa de Gestão de Pessoa por Mérito e Competência e tem implantado no estado práticas de gestão do setor empresarial.

Outra ação no campo educacional foi a implantação do novo Currículo Referência de Minas Gerais. Tal ação deu continuidade às desenvolvidas por governos anteriores e em consonância com a política do governo federal para a educação de fortalecimento da Base Nacional Comum Curricular.

Em relação à avaliação externa a SEE, em 2019, enfatizou a necessidade de toda rede estadual utilizar a base de dados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (Simave) para definição de ações políticas, administrativas e pedagógicas, no sentido de contribuir com a melhoria dos indicadores de qualidade educacional, por meio do estabelecimento de metas que ao serem avaliadas são associadas à premiação ou punição, garantindo assim a média de desempenho de estudantes e redes de ensino.

Em agosto de 2019 a pasta da educação anunciou a implementação do Programa Gestão pela Aprendizagem que tem como foco central o fortalecimento da gestão. Vale destacar, que o programa foi lançado inicialmente em escolas do ensino médio e ampliado em setembro de 2019, para o ensino fundamental, com o compromisso em avançar a qualidade educacional no estado. Para o desenvolvimento do Programa Gestão pela Aprendizagem, foi estabelecida uma parceria entre a secretaria de Educação e a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG).

Nesse cenário e com o discurso de “mudar a gestão para melhor, para garantir bons resultados”, o governo mineiro definiu como meta prioritária para o ano de 2020: “efetivar medidas positivas de gestão no Governo de MG” (NOVO, 2020, s/p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS...

O cenário educacional mineiro tem se apresentado cada dia mais complexo com o avanço da nova direita na gestão do estado. Em linhas gerais precisamos compreender os impactos dessa lógica na implementação de políticas educacionais, nos debruçar na realização de pesquisas e aprofundar nos estudos para que consigamos além de compreender o contexto ideológico, político, econômico e educacional, desvelar a “caixa preta” da agenda política educacional e assim contribuir com o fortalecimento de um campo fértil de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: expressão Popular, 2018.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações / David Harvey; tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. – 5. Ed. – São Paulo: Edição Loyola, 2014.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995. p.57-63

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. / Christian Laval; tradução Mariana Echalar. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

NOVO. **Sítio eletrônico do Partido NOVO**. Disponível em: <https://novo.org.br/>

Acesso em: 22 jan. 2021.

PEREIRA, M. S. F.; SILVA, M. S. P.; VALENTE, L. de F. O “NOVO” nas trilhas da educação: políticas e prioridades para a educação básica nas Minas Gerais em 2019 (janeiro a junho). In: **Políticas e prioridades para educação básica dos governos estaduais eleitos em 2018**: para onde os sistemas estaduais caminham? ADRIÃO, T.; Marques, L. R.; AGUIAR, M. A. da S. (org.) Meio Eletrônico - Brasília: Anpae, 2019. p. 9-316.